

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div></div></div><div><div>continuação</div></div></div>	Posição em	Aquisição	Estornos	Baixa/Trans-	Posição em
Descrição	31/12/2017			ferência Contas	31/12/2018
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>323.848,43</b>	<b>1.505.361,33</b>	<b>(9.962,24)</b>	<b>2.850,00</b>	<b>1.816.397,52</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>323.848,43</b>	<b>1.505.361,33</b>	<b>(9.962,24)</b>	<b>2.850,00</b>	<b>1.816.397,52</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	258.704,55	1.164.401,34	(9.962,24)	-	1.413.143,65
Equipamentos Processamento de Dados	5.925,00	68.240,89	-	-	74.165,89
Mobiliário em Geral	-	207.577,50	-	-	207.577,50
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	52.461,00	37.513,93	-	-	89.974,93
Aparelhos e Utensílios Domesticos	2.850,00	18.689,74	-	2.850,00	18.689,74
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	8.937,88	8.937,93	-	-	12.845,81
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>323.848,43</b>	<b>1.505.361,33</b>	<b>(9.962,24)</b>	<b>2.850,00</b>	<b>1.816.397,52</b>
Descrição	Posição em	Baixa	Estornos	Posição em	Taxas anuais mé-
	31/12/2017			31/12/2018	dias de ajustes %
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(118.172,34)</b>	<b>(183.224,88</b>	-	<b>(301.397,22)</b>	
<b>Bens Móveis</b>	<b>(118.172,34)</b>	<b>(183.224,88</b>	-	<b>(301.397,22)</b>	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	(82.773,34)	(123.979,83)	-	(206.753,17)	20
Equipamentos Processamento de Dados	(4.658,23)	(11.969,18)	-	(16.627,41)	20
Mobiliário em Geral	(9.990,76)	(28.783,70)	-	(38.774,46)	20
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(19.787,96)	(16.225,57)	-	(36.013,53)	20
Aparelhos e Utensílios Domesticos	(203,35)	(1.359,40)	-	(1.562,75)	20
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(758,70)	(907,20)	-	(1.665,90)	20
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(118.172,34)</b>	<b>(183.224,88)</b>	-	<b>(301.397,22)</b>	

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, “A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização”**o**. **3.8.1 Ajuste de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoas físicas e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções, etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, os saldos a pagar em 2018 representam R\$ 266.598,41. **3.16 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados nesta conta data referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição totalizando em 2018 o saldo de R\$ 3.216,00. **3.17 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R2) item 15A e Resolução CFC N.º 1.409/12 - ITG 2002 (R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 168.669.095,07 (cento e sessenta e oito milhões e seiscentos e sessenta e nove mil e noventa e cinco reais e sete centavos), a realizar a longo prazo representa R\$ 216.430.220,46 (duzentos e dezesseis milhões e quatrocentos e trinta mil e duzentos e vinte reais e quarenta e seis centavos). **3.18 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em “provável”, “possível” e “remota”, no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. No exercício de 2018, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações onde a possibilidade de perda era tida como “provável” o montante de R\$ 3.980,53 e “possível”, o montante chegou a R\$ 529.194,38. E ainda acumulou passivo de reclamações cíveis como “provável” o montante de R\$ 250.000,00 e “possível” o montante de R\$ 194.618,24 conforme demonstra abaixo quadro explicativo:

SPDM - Rede Assistencial Butantã - Contingências - Passivas			
Trabalhista			
Provável	Possível	Remota	
3.980,53	529.194,38	-	
SPDM - Rede Assistencial Butantã - Contingências - Passivas			
Cível			
Provável	Possível	Remota	
250.000,00	194.618,24	-	

**3.20 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.21 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre “zero”. Portanto

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2018, como informação suplementar pelas IFRS que

Posição em	Aquisição	Estornos	Baixa/Trans-	Posição em
31/12/2017			ferência Contas	31/12/2018
323.848,43	1.505.361,33	(9.962,24)	2.850,00	1.816.397,52
323.848,43	1.505.361,33	(9.962,24)	2.850,00	1.816.397,52
258.704,55	1.164.401,34	(9.962,24)	-	1.413.143,65
5.925,00	68.240,89	-	-	74.165,89
-	207.577,50	-	-	207.577,50
52.461,00	37.513,93	-	-	89.974,93
2.850,00	18.689,74	-	2.850,00	18.689,74
8.937,88	8.937,93	-	-	12.845,81
323.848,43	1.505.361,33	(9.962,24)	2.850,00	1.816.397,52
Posição em	Baixa	Estornos	Posição em	Taxas anuais mé-
31/12/2017			31/12/2018	dias de ajustes %
(118.172,34)	(183.224,88	-	(301.397,22)	
(118.172,34)	(183.224,88	-	(301.397,22)	
(82.773,34)	(123.979,83)	-	(206.753,17)	20
(4.658,23)	(11.969,18)	-	(16.627,41)	20
(9.990,76)	(28.783,70)	-	(38.774,46)	20
(19.787,96)	(16.225,57)	-	(36.013,53)	20
(203,35)	(1.359,40)	-	(1.562,75)	20
(758,70)	(907,20)	-	(1.665,90)	20
(118.172,34)	(183.224,88)	-	(301.397,22)	

a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada “Convênios/Contratos Públicos a Realizar”, em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2018 tais valores representam o montante de R\$ 1.879.653,89. **4.2 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ - 61.699.567/0061-80		
Convênios/Contratos		R\$
2015-0.229.389-3 - R022/2016 - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde VI Butantã - 001/2016 Custeio Fonte 00	113.404.975,38	
2015-0.229.389-3 - R022/2016 - Rede Assistencial Da Supervisão Técnica De Saúde VI Butantã - 001/2016 Custeio Fonte 02	22.560.700,00	
<b>Total</b>	<b>135.965.675,38</b>	

**5 - Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”. Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido no período de 2017 e 2018. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido “zero” face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 137.857.851,50 (cento e trinta e sete milhões e oitocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e hum reais e cinquenta centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 129.079.463,37 (cento e vinte e nove milhões e setenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 8.778.388,13 (oito milhões e setecentos e setenta e oito mil e trezentos e oitenta e oito reais e treze centavos). O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada “convênios/contratos públicos a realizar”, até o final da execução do convênio/contrato, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/Convênio. **7 - Das disposições da Lei 12.101 e portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2018, a unidade gerenciada apresentou a seguinte produção:

Produção - DataSus	RASTS Butantã
Detalhe_Original	2018
Atendimento odontológico individual	38.121
Consulta Médica - UBS/ESF/PAI	494.835
Consulta não médica-UBS/ESF/PAI	184.409
Nº de Idosos em acompanhamento	1.584
Procedimento Odontológico	138.628
Visita Domiciliar UBS/ESF/PAI	569.030
Cirurgia ambulatorial	1.333
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	139.587
SADT TOTAL	21.104

não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais *continua* ➤

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2018		
Linha de Contratação	Total	
	Contratado	Realizado
<b>Atendimento Ambulatorial -Atenção Básica</b>		
Consulta Médica - UBS	138.512	99.954
Consulta Médica - ESF	239.834	196.938
Consulta Enfermeiro - ESF	87.133	88.170
Visita Domiciliar ACS - ESF	666.920	523.513
Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/UBS	52.758	38.121
Cirurgião Dentista (procedimento) ESB/UBS	154.413	141.265
Nº de idosos em acompanhamento.	2.240	1.584
<b>Atendimento Ambulatorial - Atenção Especializada - Total</b>		
<b>Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - UBS Vila Sonia</b>		
Nº de exames Total - SADT	256	67
<b>Atendimento Ambulatorial - Especializado</b>		
<b>Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD -Rede Hora Certa</b>		
Nº de exames Total	22.054	21.037
<b>Serviço Cirúrgico do Hospital Dia -HD-Rede Hora Certa.</b>		
Cirurgia Ambulatorial	1.536	942
<b>Hospital Dia -HD-Rede Hora Certa. Consulta Médica</b>		
Consulta Ambulatorial	96	50
<b>Serviço Residencial Terapêutico -Acompanhamento</b>		
Nº de pessoas residentes	192	187
<b>9 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas:</b> Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30/10/2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 27.722.523,23. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea “d”) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea “C”). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. <b>9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:</b> Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2018, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 23.444.393,24. <b>9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:</b> A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2018 atingiu um montante de R\$ 418.092,15. <b>9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):</b> A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante de R\$ 3.680.037,84 tomando-se por base os recursos recebidos em 2018. <b>9.4 - Trabalho Voluntário:</b> Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Agosto/2017 (R\$/hora) no Brasil: <i>Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização</i> . Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89; em 2017 estes valores foram de R\$ 8.706,45. <b>10 - Ajuste a valor presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):</b> Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. <b>11 - Seguros:</b> Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. <b>12 - Exercício Social:</b> Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2018.		
<b>Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM</b>		
<b>Elaine Cristina Adlino Marques - Contadora - CRC 1SP270478/O-0</b>		
<b>Dr. João Labrador Rosa - Diretor Técnico RASTS Butantã</b>		

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Elaine Cristina Albino Marques - Contadora - CRC 1SP270478/O-0

Dr. João Ladislau Rosa - Diretor Técnico RASTS Butantã



➤**continuação** distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contá-

bil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2019. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04; **Ricardo Roberto Monello** - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.

SF Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ: 04.873.656/0001-70

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: As demonstrações financeiras da SF Empreendimentos e Participações S.A, referente as atividades encerradas em 31 de dezembro de 2018 são submetidas a apreciação de V.Sas.

A Administração

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Expressos em ( Reais - R\$ )

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
<b>Ativo</b>	<b>6.997.135</b>	<b>4.496.043</b>	<b>57.667.146</b>	<b>48.529.762</b>	<b>Passivo e Patrimonio Liquido</b>	<b>167.408</b>	<b>189.237</b>	<b>1.868.962</b>	<b>3.322.388</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.997.135</b>	<b>4.496.043</b>	<b>57.667.146</b>	<b>48.529.762</b>	<b>Circulante</b>	<b>167.408</b>	<b>189.237</b>	<b>1.868.962</b>	<b>3.322.388</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.974.083	2.914.838	4.866.619	5.033.450	Fornecedores	30.600	5.124	1.350.692	2.460.931
Clientes			15.700.500	8.366.801	Obrigações Trabalhistas	23.300	23.612	83.622	82.776
Outros Créditos	4.023.052	1.581.206	4.620.900	3.961.035	Impostos e Contribuições a Recolher	39.990	4.487	195.940	461.723
Adiantamento a Funcionários	15.438	1.741	15.532	89.923	Provisões de Férias	73.518	156.013	238.708	316.958
Outros Creditos	3.078.136	888.355	3.641.651	3.069.557	<b>Não Circulante</b>	<b>36.720.804</b>	<b>23.507.402</b>	<b>57.128.499</b>	<b>30.964.504</b>
Impostos a Recuperar	102.334	23.632	136.573	135.076	Outras Contas a Pagar			26.176.845	27.992.197
Adiantamento Fornecedores	827.144	667.478	827.144	666.478	Empréstimos Pessoa Ligada	4.530.119	5.741.796		2.972.307
Estoques			32.479.127	31.168.476	Empréstimos Coligadas	12.190.685	17.765.606		
<b>Não Circulante</b>	<b>50.134.003</b>	<b>45.810.225</b>	<b>23.970.495</b>	<b>14.763.932</b>	Adiamento de Clintes	20.000.000		30.951.654	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>20.242.926</b>	<b>26.609.630</b>	<b>22.640.180</b>	<b>29.006.802</b>
Contas a Receber			647.586	2.758.388	Capital Social	29.084.434	29.084.434	29.084.434	29.084.434
Clientes				16.079	Capital a Realizar	(10.297.503)	(10.297.503)	(10.297.503)	(10.297.503)
Empréstimos Pessoa Ligada	895.268	895.268			Reserva de Lucros	1.455.995	7.822.699	1.455.995	7.822.699
Investimento	45.855.601	41.538.345			Sociedade Conta Participação			1.611.000	1.611.000
Imobilizado Líquido	1.895.680	1.889.158	21.819.060	10.485.616	Participação Não Controladores			786.254	786.172
Intangível	1.487.454	1.487.454	1.503.849	1.503.849	<b>Total Passivo</b>	<b>57.131.138</b>	<b>50.306.268</b>	<b>81.637.641</b>	<b>63.293.694</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>57.131.138</b>	<b>50.306.268</b>	<b>81.637.641</b>	<b>63.293.694</b>	<b>Demonstrações dos Resultados</b>		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>						<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fluxo de Caixa Proveniente das Operações :</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	Receitas Bruta de Produtos e Serviços			284.879.458	127.984.695
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>(6.950.885)</b>	<b>(2.601.869)</b>	<b>(5.806.444)</b>	<b>10.474.151</b>	(-) Impostos e Deduções			(1.135.736)	(1.728.824)
Mais: Depreciação			202.039	75.759	Receita Liquida			283.743.722	126.255.871
Ajustes Ativos e Passivos	(560.158)	35.732	(359.180)	35.732	Custos dos Produtos e Serviços Vendido			(271.771.420)	(103.090.851)
Resultado Participações Societárias	784.440	10.623.227			Despesas c/ Vendas			(10.177.439)	(7.515.399)
Lucro Líquido Ajustado	(6.366.603)	8.057.090	(5.963.585)	10.585.642	Despesas Administrativas	(6.617.624)	(2.076.724)	(7.238.628)	(2.699.101)
<b>(Aumento) Diminuição de Ativos</b>					Resultado Equivalência Patrimonial	784.440	10.623.227		
Aumento/Diminuição de Funcionários	(13.698)	1.223	74.391	(67.311)	Lucro Operacional	(5.833.184)	8.546.503	(5.443.765)	12.950.520
Aumento/Diminuição Clientes		(476.079)	(7.333.699)	(7.211.236)	Receitas Financeiras	26.739		169.832	
Aumento/Diminuição Impostos a recuperar	(78.803)	11.979	(1.497)	(48.819)	Despesas Financeiras		(525.145)		(2.476.369)
Aumento/Diminuição Adto.Fornecedores	(159.666)	649.478	(160.666)	(629.083)	Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	(5.806.445)	8.021.358	(5.273.933)	10.474.151
Aumento/Diminuição Outros Créditos	(2.189.779)		2.154.934	(1.489.470)	Corrente			(487.468)	(2.451.646)
Aumento/Diminuição Outras Contas a Receber			(600.150)	(186.341)	Diferido				
Aumento/Diminuição Estoques			(1.310.646)	(2.680.603)	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>(5.806.445)</b>	<b>8.021.358</b>	<b>(5.761.401)</b>	<b>8.022.505</b>
<b>Aumento (Diminuição) de Passivos</b>					<b>Minoritários</b>			<b>(294)</b>	<b>(39)</b>
Aumento Diminuição Fornecedores	25.473	117.705	(1.110.238)	233.955	<b>Maioriatrio</b>			<b>8.022.799</b>	<b>(1.453.913)</b>
Aumento/Diminuição Obrigações Trabalhistas	(312 )	10.162	846	(2.646)	<b>Demonstrações de Mutações do Patrimonio Liquido</b>				
Aumento/Diminuição Impostos	35.503	3.571	(265.782)	348.537	<b>Controladora</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Capital Social a Realizar</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Total</b>
Aumento/Diminuição Provisão de Férias	(82.495)	(68.532)	(78.249)	82.523	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>29.084.434</b>	<b>(10.297.503)</b>	<b>238.485</b>	<b>19.025.416</b>
Aumento/Diminuição Outras Contas a Pagar			(763.357)	4.054.528	Ajustes 2017			(35.732)	(35.732)
Aumento/Diminuição Adiantamentos Clintes	20.000.000		30.951.654		Lucro Líquido do Exercício			8.021.358	8.021.358
IRPJ / CSLL Pago			(403.036)	(1.073.366)	Distribuição de Lucros			(401.412)	(401.412)
<b>Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>	<b>11.169.620</b>	<b>8.306.597</b>	<b>15.190.920</b>	<b>1.916.310</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>29.084.434</b>	<b>(10.297.503)</b>	<b>7.822.699</b>	<b>26.609.630</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>(4.323.779)</b>	<b>2.436.731</b>	<b>(11.333.445)</b>	<b>8.263.188</b>	Ajustes 2018			(560.168)	(560.168)
Recebimento de Empréstimos Pessoas Ligadas		2.899.412			Lucro Líquido do Exercício			(5.806.536)	(5.806.536)
Recebimento Venda de Imobilizado	(6.523)			11.774.005	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>29.084.434</b>	<b>(10.297.503)</b>	<b>1.455.995</b>	<b>20.242.926</b>
Pagamento Compra Imobilizado			(11.333.445)	(696.663)	<b>Consolidado</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Capital Social a Realizar</b>	<b>Reserva de Lucros</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>
Aumento/Diminuição Investimentos	(4.317.256)			417.419	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>29.084.434</b>	<b>(10.297.503)</b>	<b>238.484</b>	<b>784.752</b>
Empréstimos a Pessoa Ligadas		(462.681)		(3.231.572)	Lucro Líquido do Exercício			7.584.214	
<b>Atividade de Financiamento</b>	<b>(6.786.596)</b>	<b>(7.832.347)</b>	<b>(4.024.303)</b>	<b>(5.631.168)</b>	Participação Não Controladores				1.420
Pagamento Empréstimos Bancários			(1.051.996)	(2.638.137)	SCP				(252.500)
Pagamento Empréstimos a Coligadas		(6.335.500)		(6.335.500)	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>29.084.434</b>	<b>(10.297.503)</b>	<b>7.822.698</b>	<b>786.172</b>
Pagamento Outras Contas a Pagar	(5.574.920)				Lucro Líquido do Exercício			(6.366.704)	
Empréstimos de Pessoas Ligadas	(1.211.676)	(445.435)	(2.972.307)	(4.343.590)	Participação Não Controladores				82
Lucros Distribuídos		(401.412)		(401.412)	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>29.084.434</b>	<b>(10.297.503)</b>	<b>1.455.994</b>	<b>786.254</b>
Novos Empréstimos Bancarios				8.087.471					<b>1.611.000</b>
Pagamentos Acionists		(650.000)							<b>22.640.179</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>59.245</b>	<b>2.910.980</b>	<b>(166.828)</b>	<b>4.548.330</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Edison Viana Silveira Franco - Diretor Presidente</b>			
Variação do Caixa no Início Exercício	2.914.838	3.858	5.033.450	485.120		<b>Camila Silveira Franco de Paula Freitas - Diretora Financeiro</b>			
Variação de Caixa no Final do Exercício	2.974.083	2.914.838	4.866.619	5.033.450	<b>Contador</b>	<b>Marcos Rodrigues - CRC 1SP221832/09</b>			

As demonstrações financeiras completas estão sendo publicadas no jornal DCI.

Administração e Representações Telles S.A.									
CNPJ nº CNPJ: 61.363.842/0001-00									
Relatório de Administração									
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.S.as o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, as Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração de Fluxo de Caixa referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018. Colocamo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 27 de abril de 2019. A DIRETORIA									
Balanços Patrimonial Comparativo 2018 e 2017						Demonstrativo do Resultado do Exercício			
Ativo/Circulante	31/12/2018	31/12/2017	Passivo/Circulante	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	
Caixa	32,79	7.223,40	Débitos Sociais (INSS/FGTS/PIS/COFINS)	2.028,15	4.140,08	Aluguéis Ativos	389.257,57	1.068.054,09	
Bancos	10,00	11,00	Débitos Fiscais (Imposto de Renda Retido na Fonte)	-	303,17	Recuperação de Encargos e Impostos	26.658,66	17.762,33	
Aluguéis a Receber	99.814,82	116.531,48	Dividendos a Pagar	-	-	Receitas Financeiras	284.903,24	252.073,20	
Contas a Receber	108.000,00	-	Contas a Pagar	-	-	Receitas Eventuais	22.969,51	2.766,33	
Aplicações Financeiras	1.513.036,88	4.065.884,15	Provisão para IR/CSLL	3.985,69	166.966,43	Receitas Gerais	723.788,98	1.340.655,95	
Impostos a Recuperar	41.802,95	286.661,03		6.013,84	171.409,68	Impostos Incidentes	(50.103,08)	(107.568,81)	
Total	1.762.697,44	4.476.311,06	Total			Receita Bruta	673.685,90	1.233.087,14	
Não Circulante			Passivo a Longo Prazo			Custo Diretos locação	(258.269,83)	(407.136,79)	
Contas a Receber	-	-	Devolução de Capital Social a Liquidar	1.754.478,30	-	Receita Líquida	415.416,07	825.950,35	
Outras Contas	10.743,00	10.743,00		1.754.478,30	-	Despesas com Pessoal	(126.712,96)	(448.540,05)	
Total	10.743,00	10.743,00	Patrimônio Líquido			Despesas Administrativas	(129.486,22)	(313.710,62)	
Permanente/Imobilizado			Capital Social	3.000.000,00	9.784.627,00	Despesas Tributárias	(690,00)	(132.533,76)	
Imóveis	2.800.000,00	2.800.000,00	Reserva Legal	275.313,78	275.313,78	Despesas Financeiras	(45.764,22)	(5.890,90)	
Móveis e Utensílios	27.989,00	27.989,00	Lucros Acumulados	2.797.511,89	1.658.964,61	Recuperação de Despesas	24.428,36	54.892,17	
Instalações	32.652,92	32.652,92	Prejuízos Acumulados	(2.492.968,37)	(2.492.968,37)	Resultado Operacional	137.191,03	(19.832,81)	
Equipamentos de Hardware	15.504,76	15.504,76	Total	3.579.857,30	9.225.937,02	Lucro Venda Imobilizado	2.499.343,02	9.108.211,69	
Depreciação Acumulada	(76.146,68)	(76.146,68)	Total do Passivo	5.340.349,44	9.397.346,70	Despesas Indedutíveis	-	(174.983,83)	
Imovéis para Locação	1.152.109,00	2.798.676,00				Resultado antes do IR e CSLL	2.636.534,05	8.913.395,05	
Depreciação dos Imóveis para Locação	(385.200,00)	(688.383,36)				Provisão para CSLL	(239.945,19)	(734.949,88)	
Total	3.566.909,00	4.910.292,64				Provisão para IRPJ	(642.839,28)	(2.017.498,43)	
Total do Ativo	5.340.349,44	9.397.346,70				Resultado Líquido do Exercício	1.753.749,58	6.160.946,74	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2018									
	Capital	Reservas de Capital	Lucros Acumulados	Prejuízos a Compensar	Total				
Saldo em 31/12/2017	9.784.627,00	275.313,78	1.658.964,61	(2.492.968,37)	9.225.937,02				
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-				
Dividendos Pagos	-	-	(615.202,32)	-	(615.202,32)				
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.753.749,60	-	1.753.749,60				
Devolução Capital Social	(6.784.627,00)	-	-	-	(6.784.627,00)				
Compensação de Prejuízo	-	-	-	-	-				
Saldo em 31/12/2018	3.000.000,00	275.313,78	2.797.511,89	(2.492.968,37)	3.579.857,30				
A Administração									
Marina Queiros Telles Cunial									
Presidente - CPF: 083.361.158-54									
Carlos Luciano de Oliveira Smith									
Técnico em Contabilidade - CRC: 1SP101034/O-0									

Demonstração Fluxo de Caixa de 31 de Dezembro de 2018									
	2018	2017		2018	2017		2018	2017	
Operacional			Outros Créditos	-	(3.900,00)	(=) Caixa Gerado pelas Atividades de			
Fluxo de Caixa das atividades Operacionais			Débitos Sociais	(2.111,93)	(29.003,86)	Investimento	3.890.815,34	6.526.477,22	
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de			Débitos Fiscais	(303,17)	(11.772,08)	Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento			
Renda e Contribuição Social	2.636.534,05	8.913.395,05	Outros Débitos	-	(2.503.819,80)	Redução de Capital Social	(6.784.627,00)	-	
Ajustes			Imposto de Renda e Contribuições Sociais			Ressarcimento de Capital	5.030.148,70	-	
Depreciação e Amortizações	18.726,66	68.448,06	a Pagar	(882.784,47)	(2.752.448,31)	Prejuízos Acumulados	-	(922.269,02)	
Despesas Não Dedutíveis	-	174.983,83	Variação IR e CSLL	(162.980,74)	(518.948,47)	Reserva de Lucros Acumulados	1.138.547,28	229.639,68	
Resultado na Venda Imóvel	(2.499.343,02)	(9.108.211,69)		(894.605,57)	(6.099.459,47)	(=) Caixa Gerado pelas Atividades de			
Despesa Financeira - Perdcomp	44.054,38	-				Financiamento	(615.931,02)	(692.629,34)	
Receita com Variação Monetária - Perdcomp	(20.211,94)	-	(=) Caixa Gerado pelas Operações	(714.845,44)	(6.050.844,22)	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente			
(=) Lucro Líquido Ajustado	179.760,13	48.615,25				de Caixa Líquido	2.560.038,88	(168.381,09)	
Variações nos Ativos e Passivos			Fluxo de Caixa de Atividades de Investimentos			Caixa e Equivalente de Caixa no Início			
Aluguéis a Receber	16.716,66	(9.005,57)	Recebimento Venda de Imóvel	3.824.000,00	11.000.000,00	do Exercício	4.073.118,55	3.904.737,46	
Impostos a Recuperar	244.858,08	(270.561,38)	Redução do Imobilizado	682.017,66	4.091.667,68	Caixa e Equivalente de Caixa no Final			
Contas a Receber	(108.000,00)	-	Pagamento de Dividendos	(615.202,32)	(8.565.190,46)	do Exercício	1.513.079,67	4.073.118,55	